**CINEMA PERTO DE VOCÊ**

O cinema nasceu como uma diversão popular. Desde os primeiros locais de exibição até as grandes salas que dominaram a arquitetura urbana por várias décadas no século passado, o espaço do cinema se consolidou como atividade de preços acessíveis e próxima do espectador. O slogan dos exibidores e distribuidores de filmes – *em breve, num cinema perto de você* –, durante muito tempo foi o emblema de uma atividade de acesso universal, participante da vida urbana e sensível à organização do espaço público.

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3.300 salas em 1975, uma para cada 30.000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase cento e vinte milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1.000 salas.

Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2.200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Hoje, para os profissionais e empresas do setor audiovisual, a ampliação do parque de salas de cinema é uma diretiva consensual, porque abre perspectivas para todos os agentes econômicos. Porém, a motivação para uma ação federal nessa área vai além das razões do cinema. Neste momento, o Brasil se mobiliza para qualificar os serviços das cidades, as condições de transporte, habitação, saneamento, para atender, integrar e melhorar a qualidade de vida de populações há muito desassistidas.

O Programa CINEMA PERTO DE VOCÊ participa desse movimento, focado em levar cinema e serviços culturais para mais perto de todos os brasileiros. É uma iniciativa sem similar na história brasileira, como reconhecem os agentes do setor. Essas medidas representam um desafio aos empreendedores para o crescimento, e uma oportunidade para o fortalecimento e a modernização do cinema no Brasil.

**O QUE É O PROGRAMA**

O Programa **CINEMA PERTO DE VOCÊ** foi criado para ampliar o mercado interno de cinema e acelerar a implantação de salas em nosso país. Trata-se de uma ação coordenada pelo Ministério da Cultura – MinC e pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, em parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e social – BNDES e o Ministério da Fazenda. As ações foram planejadas para o período 2010-2014, embora envolvam efeitos que ultrapassam esse período.

Instituído pela Medida Provisória 491/2010 ([veja a íntegra aqui](http://www.ancine.gov.br/media/MP_491-230610.pdf)), o Programa se organiza em torno de um conjunto de mecanismos e ações diversificadas, destinadas à melhoria do ambiente de negócios e da oferta de capital para os empreendedores. De um lado, há linhas financeiras para estimular os empreendimentos privados, além de recursos para a abertura de salas por Prefeituras e Governos Estaduais. De outro, o programa institui instrumentos de desoneração fiscal, visando à redução dos custos dos investimentos e da operação dos complexos. Articula, também, ações regulatórias e de estímulo à digitalização, visando à ampliação das receitas e à modernização dos negócios de exibição e distribuição de cinema.

A MP 491 não foi votada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia. Em 29 de setembro de 2011, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, reeditou o Programa por meio da [Medida Provisória 545](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/545.htm).

O foco do Programa é a inclusão de consumidores pela oferta de cinema para a nova classe C, cerca de metade da população brasileira. Atualmente, esse é o estrato social mais dinâmico e com maior potencial de consumo, que tem garantido o crescimento econômico do país. Hoje, a exibição de cinema, embora ainda predomine o modelo tradicional, começa a projetar-se para a classe C. Com esse movimento, os agentes do setor, ao mesmo tempo em que fazem seus negócios, ajudam a construir uma rede qualificada de serviços, melhorando a vida nas cidades.

O Programa é concebido para enfrentar outros desequilíbrios como a concentração geográfica das salas, com estímulos especiais para as regiões Norte e Nordeste e para as cidades do interior não atendidas ou mal atendidas por salas. Dá atenção, também, à distribuição dos filmes, tanto pelo estímulo à digitalização, quanto pela previsão de medidas regulatórias que coíbam as práticas comerciais abusivas. Incide, ainda, sobre a necessidade de suprir de informações consistentes a ANCINE, como autoridade regulatória, e os agentes privados, no seu planejamento.

O Programa está organizado em torno de cinco eixos de ação:

* Eixo UM: [Linhas de crédito e investimento](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/credito.htm)
* Eixo DOIS: [Projeto Cinema da Cidade](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/cinema.htm)
* Eixo TRÊS: [Medidas de desoneração tributária](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/desoneracao.htm)
* Eixo QUATRO: [Sistema de Controle de Bilheteria](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/controle.htm)
* Eixo CINCO: [Digitalização do parque exibidor](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/digitalizacao.htm)

DOWNLOAD  
[Mapa de exibição das salas de cinema](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/Mapa_exibicao2009.pdf)  
[Evolução das salas de cinema - Período 1971-2009](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/evolucao_salas_1971-2009.pdf)

**OBJETIVOS E METAS**

**OBJETIVO GERAL**Diversificar, descentralizar e expandir a oferta de serviços audiovisuais para a população brasileira por meio da ampliação do parque exibidor de cinema.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

* Fortalecer as empresas e o segmento de exibição cinematográfica, apoiando a expansão do parque exibidor e sua atualização tecnológica;
* Facilitar o acesso da população às obras audiovisuais por meio da abertura de salas em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades;
* Ampliar o estrato social dos frequentadores de salas de cinema, com atenção especial para os novos consumidores da classe C;
* Descentralizar o parque exibidor, procurando induzir a formação de novos centros regionais consumidores de cinema.

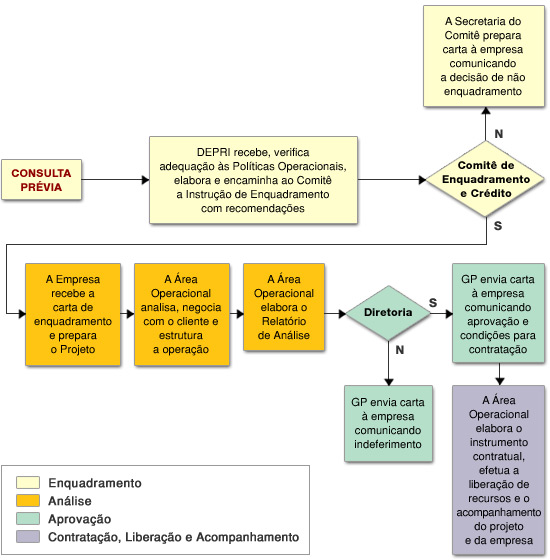
**METAS**As principais metas do Programa CINEMA PERTO DE VOCÊ são:

* abertura de 600 novas salas de cinema com base nos recursos do Programa;
* nenhum município com mais de 100 mil habitantes sem sala;
* média nacional de 60 mil habitantes por sala, queda de 30% do índice atual;
* crescimento de 30% na venda de ingressos;
* digitalização de metade das salas de cinema do país

|  |
| --- |
| **CRÉDITO E INVESTIMENTO PARA 600 NOVAS SALAS** |
| O primeiro e principal capítulo do Programa trata da melhoria da oferta de capital para a abertura de novas salas de cinema. Para esse desafio, há dois instrumentos principais: o Fundo Setorial do Audiovisual – FSA e o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura – PROCULT, do BNDES. Do FSA, o principal instrumento financeiro do Programa, estarão disponíveis R$300 milhões para contratos de empréstimo e investimento. De sua parte, o PROCULT já disponibiliza R$500 milhões para crédito a todas as atividades audiovisuais. Desses recursos, estima-se que cerca de R$200 milhões sejam utilizados pelos projetos do Programa **CINEMA PERTO DE VOCÊ**.  No âmbito do Programa, foi criada uma linha financeira a ser operada pelo BNDES, que associa os recursos dessas duas fontes na composição dos planos financeiros dos projetos. O objeto dessa linha é a implantação ou a ampliação de complexos de exibição cinematográfica. Ou seja: novas salas de cinema. A linha não se destina, portanto, a projetos dirigidos apenas à reforma, aquisição de equipamentos ou atualização tecnológica das salas em operação.  Os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual serão disponibilizados em duas modalidades de operação financeira: empréstimo e investimento. Investimento, nesse caso, envolve um contrato de participação do FSA nos ganhos com os resultados comerciais do empreendimento. O empreendedor poderá tomar recursos de empréstimo ou das duas modalidades conjuntamente.  [- Como participar](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/credito_como.htm) [- Quem pode participar](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/credito_quempode.htm) [- Condições financeiras](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/condicoes.htm) [- Cidades-foco](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/cidades.htm) [- Fluxograma](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/fluxograma.htm)  [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/bt_voltar.png](javascript:history.back()) |
| CIDADES-FOCO |
| Os municípios brasileiros carentes de salas de cinema foram divididos pela ANCINE em quatro grupos, de acordo com o tamanho da população residente e a disponibilidade de salas de cinema. Essa classificação determinará a origem dos recursos e a composição dos instrumentos financeiros disponíveis em cada caso; afetará, também, a avaliação dos projetos com participação do Fundo Setorial do Audiovisual, bem como a organização das prioridades de investimento e financiamento do Fundo.   * [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/et_grupo01.jpg](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupoum.htm)O Brasil conta com 1.371 municípios com mais de 20.000 e menos 100.000 habitantes. Destes, apenas 188 possuem salas de cinema. O grupo de cidades foco do projeto Cinema da Cidade abrange os demais 1.183 municípios brasileiros que não possuem salas de cinema, 86% do total. Essas cidades estão distribuídas por todos os Estados do país. [Veja aqui as listas das cidades envolvidas](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupoum.htm). * [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/et_grupo02.jpg](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupodois.htm)Cidades com mais de 100.000 habitantes SEM salas de cinema. São 89 cidades. É o grupo de mais alta prioridade para a linha financeira. O grupo inclui, por exemplo, Belford Roxo (RJ) e Ananindeua (PA), cidades que possuem mais de 500 mil habitantes. São 11 municípios da região norte, 27 do nordeste, 40 do sudeste, 3 do centro-oeste e 8 do sul. [Veja aqui as listas das cidades envolvidas](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupodois.htm). * [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/et_grupo03.jpg](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupotres.htm)Cidades com mais de 100.000 e menos de 500.000 habitantes COM salas de cinema. São 146 cidades. Luziânia (GO), Campina Grande (PB) e Florianópolis (SC) fazem parte desse grupo. [Veja aqui as listas das cidades envolvidas](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupotres.htm). * [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/et_grupo04.jpg](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupoquatro.htm)Mais de 500.000 habitantes COM salas de cinema. São os 38 maiores municípios do País. Nessas cidades, estão excluídas as zonas urbanas em que a renda média dos chefes de família é muito baixa ou muito alta. Ou seja: podem participar as zonas com predominância de classe C. Também foram excluídas as zonas com baixa densidade demográfica. [Veja aqui as listas das cidades envolvidas](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/grupoquatro.htm).   MAPA DOS GRUPOS-FOCO  http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/mapa_todosgrupos.jpg  **QUEM PODE PARTICIPAR**  Qualquer empresa com sede e administração no país poderá propor projetos. Se não for empresa exibidora brasileira (hipermercados, shopping centers, incorporadoras, por exemplo), deverá observar algumas regras especiais para a composição do plano financeiro, além de apresentar a empresa responsável pelo serviço de exibição.   |  | | --- | | **CONDIÇÕES FINANCEIRAS** | | **Condições gerais de enquadramento** Para conseguir o enquadramento na linha, a sala de cinema proposta deverá estar localizada nas [cidades e zonas urbanas](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/cidades.htm) que compõem o universo do Programa.  Algumas outras condições gerais, válidas para qualquer projeto enquadrado, são listadas a seguir:   * As propostas deverão prever a abertura de, no mínimo, três salas, que podem estar em complexos diferentes. Operação financeira mínima de R$ 1milhão, considerados FSA e PROCULT. * São financiáveis todos os itens necessários à execução do projeto e do plano de negócios, excluídas despesas de custeio, aquisição de imóveis e itens semelhantes. * Será aceita vinculação de recebíveis (receitas de bilheteria, bonbonnière etc.) como garantia para os empréstimos. * Ao menos 20% dos itens financiáveis deverão ser cobertos por empréstimo do FSA e PROCULT. * Ao menos 10% dos itens financiáveis, no caso de empresa exibidora brasileira, ou 40%, nos demais casos, deverão ser bancados por recursos próprios ou de terceiros. * O prazo total para pagamento dos empréstimos (amortização + carência) será de 10 anos. Serão devidas parcelas mensais calculadas pelo Sistema de Amortização Constante – SAC. * O retorno ao FSA pelo investimento será uma fração do lucro operacional ajustado do complexo, e será devido por 15 anos. * O projeto deverá comprovar capacidade de retorno de, ao menos, o valor investido corrigido, durante o prazo previsto. * Não será cobrada taxa de administração ou qualquer outra taxa sobre o financiamento do FSA.   **Condições específicas conforme o nível de prioridade** As condições para a composição dos recursos financeiros do projeto (volume de investimento, taxas de juros etc.) dependerão do nível de prioridade estabelecido para o projeto. Há três níveis de prioridade previstos, conforme a localização do complexo proposto. No caso das grandes cidades (G-4), as zonas incluídas no Programa foram divididas em três faixas com base na ponderação de dados de tamanho da população, mobilidade até o complexo mais próximo, anos de estudo e renda da população de classe C.  **Prioridade UM** Empreendimentos em cidades sem salas (G-2), nas regiões Norte ou Nordeste, associados ao PAC ou ao Programa Minha Casa, Minha Vida, ou localizados nos centros históricos ou em determinadas áreas das grandes cidades (com grande população, mas condições mais precárias de renda, escolaridade e mobilidade para o cinema mais próximo). Os projetos com Prioridade UM terão as seguintes condições adicionais:   * A taxa de juros dos empréstimos do FSA será 0% a.a. * O empréstimo deverá ser composto por 3 partes do FSA e 1 parte do PROCULT. * Com as condições atuais do PROCULT, a taxa de juros ponderada será de 1,75% a.a. para as empresas com faturamento até R$60 milhões, e de 2,25% a.a. para as demais. * Até 50% dos itens financiáveis poderão ser cobertos pela modalidade investimento do FSA.   **Prioridade DOIS** Empreendimentos em cidades do G-3 com poucas salas (mais de 50.000 habitantes por sala), ou localizados na faixa B das grandes cidades. Os projetos com Prioridade DOIS terão as seguintes condições adicionais:   * A taxa de juros dos empréstimos do FSA será 1% a.a. * O empréstimo deverá ser composto por 2 partes do FSA e 1 parte do PROCULT. * Nesse caso, a taxa de juros ponderada será de 3% a.a. para as empresas com faturamento até R$60 milhões, e de 3,66% a.a. para as demais. * Até 30% dos itens financiáveis poderão ser cobertos pela modalidade investimento do FSA.   **Prioridade TRÊS** Empreendimentos em cidades do G-3 com menos de 50.000 habitantes por sala, ou localizados na faixa C das grandes cidades. Os projetos com Prioridade TRÊS terão as seguintes condições adicionais:   * A taxa de juros dos empréstimos do FSA será 4% a.a. * O empréstimo deverá ser composto por recursos do FSA e do PROCULT em partes iguais. * A taxa de juros ponderada será de 5,5% a.a. para as empresas com faturamento até R$60 milhões, e de 6,5% a.a. para as demais. * Até 20% dos itens financiáveis poderão ser cobertos pela modalidade investimento do FSA.   Participação do FSA nos resultados Os direitos do FSA decorrentes do investimento não serão na forma de participação societária no empreendimento; o FSA se concentrará em compartilhar os ganhos financeiros oriundos do investimento no projeto.  A título de remuneração ao FSA, o beneficiário pagará anualmente, durante todo o período de retorno do investimento, o equivalente a um percentual do *resultado operacional ajustado* do Projeto, já descontadas as parcelas de amortização e juros decorrentes dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no âmbito do PCPV.  O resultado operacional ajustado anual do Projeto é definido pela seguinte expressão:  ROA = R – DT – DOP – CAPEX – TA – DF  onde:  ROA = Resultado Operacional Ajustado;  R = receitas provenientes da bilheteria, bomboniére e venda de espaço publicitário proveniente do projeto, bem como quaisquer outras receitas produzidas pelos ativos referentes ao projeto, compreendendo terrenos, construções, instalações, máquinas, equipamentos, assim como quaisquer outras acessões, construções, expansões, instalações, máquinas, equipamentos, modernizações, etc. que, na vigência do contrato, venham a ser incorporados a estes;  DT = despesas tributárias relativas ao projeto.  DOP = custos e despesas operacionais diretos do projeto, que englobam custo de locação de filmes para exibição, direitos autorais, gastos em impressão de ingressos, custos de veiculação de publicidade, despesas do imóvel (aluguel, condomínio, seguros e outras taxas), gastos em manutenção, gastos com pessoal alocado diretamente no projeto, tarifas públicas (luz, água, telefone, correio, etc.) e custo das mercadorias vendidas;  Só serão considerados os custos e despesas diretos, isto é, que não envolvem qualquer critério de rateio.  CAPEX = despesas de capital (investimento em capital fixo), não poderá exceder a 6% do valor total do projeto.  Essas despesas só poderão ser incorporadas a partir do 3º ano do início do empreendimento e só poderão ser incorporadas, novamente, em um período mínimo de 3 anos, podendo se acumular o percentual não utilizado para os períodos subseqüentes.  Esta rubrica tem por finalidade compensar os efeitos da depreciação de capital e a necessidade de investimento em capital fixo no decorrer do projeto, e o FSA não poderá ser convocado para realizar aportes adicionais de capital ao longo da vida útil do projeto;  TA = taxa de administração, compreendendo as despesas gerais relativas à administração do projeto (“overhead”), como publicidade, contabilidade, administração de recursos humanos, etc. Esta despesa será limitada em contrato e não poderá exceder a 4% da receita total; dessa forma, não deverão ser contabilizados, para fins de cálculo do resultado operacional ajustado, quaisquer custos e despesas indiretos, isto é, que envolvam critérios de alocação e rateio para apropriação no resultado do projeto.  DF = despesas financeiras e amortização, correspondendo aos juros e parcelas de amortização oriundas dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no âmbito do PCPV.  Observação: Não deverão ser contabilizadas baixas por alienação, transferências para outras unidades, sucateamento ou obsolescência, bem como quaisquer atos administrativos que venham a concorrer para a redução do resultado operacional em tela, durante o período de vigência do contrato de investimento.  Alíquota de participação sobre o ROA que o FSA fará jus A alíquota será calculada como a fração do investimento do FSA em relação a sua soma com o montante de recursos próprios aportado, multiplicado por um Fator de Ajuste. Este Fator de Ajuste é diferenciado conforme o percentual de investimento que o FSA aporte no projeto em relação ao total incluindo o montante de financiamento, segundo as seguintes classes:   |  |  | | --- | --- | | %Investimento FSA em relação ao total do projeto | Fator de Ajuste | | até 10% | 50% | | 10% até 20% | 50%-60% | | 20% até 40% | 60%-65% | | 40% até 50% | 65%-70% |   É feita uma interpolação linear entre as classes para os valores dentro das classes. Estes valores foram arbitrados de forma a valorar o nível de exposição de risco do proponente e de forma a não depreciar em o fluxo de caixa padrão esperado abaixo da meta de retorno integral do FSA . A planilha "[cálculo de alíquota](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/calculo_de_aliquota.xls)" efetua o cálculo da participação do FSA conforme os montantes alocados no projeto.  DOWNLOAD [- Cálculo da Alíquota](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/calculo_de_aliquota.xls) | |

**FLUXOGRAMA**

Fluxo Operacional da Linha Financeira



**DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Uma questão-chave para o Programa CINEMA PERTO DE VOCÊ é proporcionar condições de sustentabilidade para os empreendimentos dirigidos para a classe C ou localizados em cidades do interior. Especialmente nesses casos, a atividade de exibição depende de um modelo de negócios baseado em custos mais baixos, que permitam preços de bilhetes acessíveis para a população.

Reduzir os custos, portanto, é uma divisa essencial para a atividade de exibição. Isso começa pela diminuição das despesas financeiras dos agentes do setor, por meio da oferta de capital a juros muito baixos. Além disso, foi formulado um conjunto de propostas tributárias, dirigidas tanto à desoneração dos investimentos, quanto à operação das novas salas:

RECINE  
Por meio da [MP 545](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/545.htm) foi instituído o Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – RECINE. Este novo regime fiscal tem por objetivo fortalecer a sustentabilidade e a viabilidade econômica da atividade, especialmente dos projetos financiados com recursos da União.

O RECINE contém ações dirigidas à redução de tributos em duas situações:  
(a) Desoneração dos investimentos: Será suspensa a exigibilidade de todos os tributos federais incidentes sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção necessários à construção ou modernização de complexos cinematográficos. Os tributos desonerados são: PIS, COFINS, PIS-importação, COFINS-importação, IPI incidente na importação ou no comércio interno e Imposto de Importação (bens e materiais sem similar nacional). Essa medida facilitará, por exemplo, a digitalização do parque exibidor em operação, além de reduzir os custos dos investimentos em novas salas. Para fruírem esse benefício, empresas exibidoras, construtoras, incorporadoras, locadoras de equipamentos para salas de cinema deverão credenciar previamente seus projetos na ANCINE.  
(b) Desoneração da operação das salas: As empresas operadoras dos complexos implantados ou ampliados no âmbito do Programa CINEMA PERTO DE VOCÊ poderão contar com alíquota zero da Contribuição para o PIS e da COFINS, aplicável sobre as receitas de bilheteria e de veiculação de publicidade. esse benefício terá duração máxima de cinco anos.

[Veja aqui o FLUXOGRAMA](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/fluxograma01.pdf)

Essa redução de custos, portanto, ajuda a viabilizar os investimentos e empréstimos do FSA, previstos pelo Programa CINEMA PERTO DE VOCÊ, e a dar sustentabilidade às salas do Projeto CINEMA DA CIDADE.

Super-Simples  
Desde 1º de janeiro de 2010, as micro e pequenas empresas que exercem a atividade de exibição podem optar pelo Super-Simples, incluídas no Anexo III da Lei Complementar 123. Com isso, passam a ser tributadas com uma alíquota reduzida e integrada para os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), além da contribuição patronal à previdência e do ISS.

Tributos estaduais e municipais  
No âmbito do Projeto CINEMA DA CIDADE, serão exigidos dos municípios e governos estaduais compromissos de redução de tributos presentes na operação das salas. É o caso principalmente do ISS, nos municípios.

Além disso, alguns Estados já começaram a praticar ações neste sentido. É o caso de medida do Rio de Janeiro, que estabeleceu alíquota zero para o ICMS devido na importação de equipamentos audiovisuais.

**SISTEMA DE CONTROLE DE BILHETERIA**

Uma das dificuldades do segmento de exibição reside na precariedade e na baixa consistência das informações. Em grande medida, os dados disponíveis são oriundos de fontes secundárias e apresentam lacunas significativas. Isso fragiliza enormemente o planejamento das operações, tanto das iniciativas do poder público, quanto das ações dos agentes privados.

Para a atração de investimentos, qualquer que seja sua fonte, é fundamental garantir segurança aos investidores quanto à confiabilidade dos dados e, em consequência, quanto à certeza do retorno pretendido. Para o setor público, além da aferição das responsabilidades legais dos agentes econômicos, a informação correta de dados permite a construção de indicadores para o melhor acompanhamento da evolução do setor e a formulação de políticas adequadas para o desenvolvimento da atividade.

Consistência, confiabilidade e publicidade das informações são exigências para um ambiente de negócios arejado e sustentável no mercado do cinema. Com base nisso, a ANCINE implantará um novo instrumento regulatório, o Sistema de Controle de Bilheteria, organizado com base na homologação de sistemas informatizados utilizados pelos exibidores. Essa homologação busca, especialmente, garantir que a coleta de dados pelos exibidores e sua transmissão para a ANCINE permitam agregação e leitura segundo os parâmetros da Agência.

**DIGITALIZAÇÃO DO PARQUE EXIBIDOR**

A disponibilidade dos filmes de lançamento é condição essencial para uma sala de cinema ter rentabilidade. Em geral, os filmes são lançados ao mesmo tempo em todas as salas previstas. Há uma concentração dos investimentos de publicidade e cópias e a redução da cronologia da exploração da obra nos diversos segmentos, visando receitas mais rápidas. Com isso, muitas salas tendem a perder receita ao não receber os filmes mais rentáveis no fim-de-semana de lançamento.

A digitalização da projeção cinematográfica representa uma possibilidade de alteração significativa dessa lógica. Nesse modelo, parte das despesas de distribuição cai substancialmente, permitindo a integração de mais salas ao circuito de lançamentos. Tudo isso, evidentemente, depende do posicionamento das distribuidoras e sua percepção das mudanças mercadológicas trazidas pela nova tecnologia. Neste sentido, vários dos principais distribuidores já assumiram compromisso público com a ampla disponibilização de seus filmes para as salas com projeção digital.

A digitalização é, portanto, um fator fundamental para uma política de inclusão no mercado audiovisual, que promova a diversidade de conteúdos, reduza os desequilíbrios na distribuição e contribua para uma expansão sustentável do parque exibidor.

O ponto sensível da digitalização está nos valores elevados envolvidos pela importação de projetores digitais. Algumas iniciativas presentes no Programa procuram enfrentar esse problema:

* Entre as medidas tributárias previstas, está a desoneração total dos tributos federais incidentes na importação e no comércio interno dos projetores digitais. Para equipamentos isolados, destinados a salas em operação, isso entrará em vigor em janeiro de 2011. Apenas com essa medida, estima-se em R$80 milhões a redução de custos mobilizada pelo Programa.
* Na linha financeira, os equipamentos importados receberão recursos do FSA sob as mesmas regras e condições dos demais itens. Ou seja: para o seu financiamento pelo FSA não são aplicáveis as condições financeiras com base em encargos da cesta de moedas ou variação da Unidade Monetária do BNDES.

**CINEMA DA CIDADE - LEVANDO A MAGIA DE VOLTA AO INTERIOR DO PAÍS**

* Nos municípios com menos de 100 mil habitantes (G-1), a viabilização de uma sala de cinema envolve uma equação econômica e financeira mais complexa, porque a tomada de empréstimo e o investimento são mais difíceis. Devido ao maior risco comercial dos empreendimentos de cinema nesse grupo de cidades, o Programa **CINEMA PERTO DE VOCÊ** desenhou o Projeto **CINEMA DA CIDADE**, que prevê a aplicação de recursos do orçamento da União, alocados por emenda parlamentar, ou por meio da modalidade apoio do Fundo Setorial do Audiovisual.
* O projeto **CINEMA DA CIDADE** estimula, por meio de convênios com as Prefeituras e governos estaduais, a implantação de complexos de cinema em cidades com mais de 20 mil e menos de 100 mil habitantes que não disponham desse serviço. Nessas cidades, planeja-se a implantação de salas de propriedade pública com gestão preferencialmente privada. O projeto permite a instalação de salas de cinema, bonbonnière e espaços comerciais e de prestação de serviços.
* As Prefeituras interessadas receberão da ANCINE as orientações necessárias e as especificações técnicas exigidas para a elaboração do projeto, além do repasse das verbas para sua execução. Essa iniciativa foi concebida e articulada de modo a atender e se adequar às necessidades de cada município. Desta forma, os agentes públicos poderão escolher a melhor alternativa para sua cidade.
* [- Como participar](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/cinema_como.htm)[- Quem pode participar](http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/cinema_quempode.htm)

CINEMA DA CIDADE - LEVANDO A MAGIA DE VOLTA AO INTERIOR DO PAÍS

**COMO PARTICIPAR**  
Os recursos provenientes das emendas ao Orçamento da União são alocados no Projeto Cinema da Cidade. Estão previstos, também, chamadas públicas para aplicação das disponibilidades do FSA para o Projeto Cinema da Cidade.

O momento inicial é de habilitação. Para participar o agente público deverá apresentar algumas contrapartidas: o imóvel onde será implantado o complexo deve ser de propriedade pública, e deverá haver compromisso de redução tributária na operação das salas. Haverá, ainda, a obrigação de cessão do imóvel para uso do operador do complexo.

A partir desses compromissos, será verificada a adequação do imóvel ao propósito do programa e os demais compromissos assumidos pelo agente público. Após a análise, se for o caso, a Prefeitura ou Estado receberão recursos para o desenvolvimento do projeto e a implantação do complexo.

A operação dos cinemas deverá ser feita, preferencialmente, por empresa exibidora privada selecionada em procedimento público.

|  |
| --- |
| QUEM PODE PARTICIPAR Podem propor projetos as Prefeituras de municípios com mais de 20 mil e menos de 100 mil habitantes que não tenham de salas de cinema, e os governos estaduais e do Distrito Federal. |

|  |
| --- |
| **PARCEIROS** |
| [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/logo_bndes.jpg](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Cultura/Audiovisual/cinemapertodevoce/index.html)[http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/logo_receita.jpg](http://www.receita.fazenda.gov.br/)[http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/logo_mdic.jpg](http://www.mdic.gov.br/)    [http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/images/logo_minc.jpg](http://www.cultura.gov.br/) |

|  |
| --- |
|  |
| EMAIL [cinemapertodevoce@ancine.gov.br](mailto:cinemapertodevoce@ancine.gov.br) |